

# A construção discursiva sobre o ensino superior público em editoriais de jornais de referência no Brasil \*

## *The discursive construction about public higher education in editorials of reference newspapers in Brazil*

José Cezinaldo Rocha Bessa<sup>1</sup>  ; Joseilda Alves de Oliveira<sup>1</sup>  

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Brasil.

### Resumo

O propósito deste artigo é investigar a construção discursiva sobre o ensino superior público no Brasil, em dois editoriais de jornais de referência do país. O foco da análise se concentra nos posicionamentos valorativos e na argumentatividade que o projeto de dizer do editorialista expressa. Tomando como respaldo teórico-metodológico ideias do denominado Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2011, 2016; Volóchinov, 2017) e contribuições da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), este trabalho examina um corpus constituído por dois editoriais recortados das páginas *on-line* dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*. A análise realizada aponta que a construção discursiva, nos dois editoriais examinados, se caracteriza por um fazer persuasivo e axiologicamente valorado em que os enunciadores mobilizam, para o convencimento do leitor, uma diversidade de mecanismos discursivos e estratégias argumentativas que procuram acentuar argumentos favoráveis ao pagamento de mensalidades nas universidades públicas brasileiras. Assim, os posicionamentos assumidos pelos editorialistas, na medida em que se alinham aos discursos de defensores da redução do estado e de maior participação do mercado na educação superior do Brasil, significam, no final das contas, um mecanismo de exclusão dos mais pobres e da classe média do direito ao ensino superior público e totalmente gratuito.

Palavras-chave: construção discursiva; ensino superior; editoriais.

59

### Abstract

*The purpose of this article is to investigate the discursive construction about the public higher education in Brazil, in two national newspaper editorials. The focus of the analysis focuses on the assessing perspective and the argumentativeness that the editorialist's project expresses. Taking as theoretical-methodological support ideas of the so-called Bakhtin Circle (Bakhtin, 2011, 2016; Volóchinov, 2017); and contributions from the New Rhetoric, by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2014), this article examines a corpus consisting of two editorials extracted from the online pages of the newspapers *O Globo* and *Folha de S. Paulo*. The analysis has shown that the discursive construction in the two editorials examined is characterized by a persuasive and axiologically valued way in which the speaker makes use to convince the reader, a diversity of discursive mechanisms and argumentative strategies that seek to emphasize arguments favorable to the payment of monthly fees in Brazilian public universities. Thus, the points of view adopted by the editorialists, insofar as they align themselves with the discourses of supporters of the minimal state and of greater participation of the market in the higher education of Brazil, which mean, in the end, a mechanism of exclusion of the poorest and middle class from the right to public higher education and totally free.*

*Keywords: Discursive construction; higher education; editorials.*

---

\* O presente trabalho foi apresentado sob a forma de comunicação oral no Simpósio Temático *Argumentação, discurso e ensino: confluências teóricas e propostas didático-pedagógicas*, por ocasião do *IV Seminario Internacional de Estudios sobre discurso y Argumentación*, realizado na Universidade de Buenos Aires, de 14 a 16 de março de 2018

## 1. Introdução

Neste trabalho, pretendemos investigar a construção discursiva sobre o ensino superior público em dois editoriais de jornais de referência<sup>1</sup> do/no Brasil, detendo-nos na análise dos posicionamentos valorativos e da argumentatividade que o projeto de dizer dos editorialistas expressa.

Interessamo-nos pelo exame da construção discursiva sobre um mesmo fato/acontecimento social materializada em editoriais em circulação em dois diferentes veículos de comunicação, com vistas a explicitar como se dão determinados modos de produção e circulação de sentidos no contexto da comunicação jornalística no Brasil. Nossa análise focaliza como os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, nos editoriais recortados para exame, constroem sentidos sobre a discussão em torno do ensino superior público no Brasil.

Justificamos a relevância deste trabalho considerando que a análise da construção discursiva desses jornais, atendo-nos aos posicionamentos valorativos e à argumentatividade expressos nos editoriais recortados para exame, pode nos apontar modos de compreender mais profundamente a polêmica em torno do ensino superior público brasileiro instaurada nos debates públicos, notadamente naqueles espaços de comunicação de massa, nos quais, via de regra, a capacidade de alcance e influência da opinião pública é reconhecidamente muito mais notória.

60

Como ancoragem teórico-metodológica, este trabalho encontra respaldo nas ideias do denominado Círculo de Bakhtin (Bakhtin, 2011, 2016; Volóchinov, 2017) sobre linguagem, dialogismo, enunciado, gêneros do discurso; assim como em contribuições da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), no que concerne aos processos argumentativos.

O enfoque na abordagem da Nova Retórica trazida para este trabalho se faz pertinente, haja vista entendermos que, examinando editoriais, é preciso considerar os estudos sobre processos argumentativos e técnicas argumentativas, uma vez que

---

<sup>1</sup> O termo *jornais de referência* utilizado, neste texto, expressa a ideia de jornais que tem amplo alcance, influência e reconhecimento junto ao público leitor brasileiro. Essa nossa compreensão dialoga com ideia assumida por Veloso (2013), que analisa a responsividade do leitor no gênero carta do leitor em “três empresas constitutivas da mídia **impressa de referência**” (p. 555, grifo nosso) no Brasil, quais sejam: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Veja*.

esses estudos oferecem possibilidades de compreender melhor o direcionamento do convencimento e da persuasão que atravessa a constituição de um enunciado da esfera jornalística, como é o caso do editorial.

Para darmos conta da proposta de pesquisa delineada aqui, o presente artigo apresenta, em sua arquitetura textual, a seguinte organização: além desta introdução, o texto traz duas seções teóricas, em que discutimos pressupostos teóricos centrais (da abordagem dialógica bakhtiniana e da Nova Retórica) que ancoram nossa investigação; em seguida, descrevemos a metodologia empregada; depois, trazemos a análise da construção discursiva dos editoriais recortados para exame; e, por fim, apontamos nossas considerações finais.

## 2. A abordagem dialógica da linguagem do Círculo de Bakhtin

Considerando o dialogismo constitutivo da linguagem, conforme concebido nos estudos do Círculo de Bakhtin, podemos compreender uma dupla orientação da produção de sentidos na orquestração dos mais diversos enunciados que instauram a atividade comunicativa humana: uma voltada para as relações interdiscursivas estabelecidas entre enunciados, e outra voltada para as relações interlocutivas.

Segundo o pensamento bakhtiniano, todo dizer retoma um já-dito, com o qual entra em relação: “O enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes” (Bakhtin, 2011, p. 300), refletindo, portanto, a relação dialógica existente entre dizeres, palavras e sujeitos situados sociohistoricamente. A segunda orientação compreende a relação do locutor/autor de todo enunciado com o interlocutor para quem o dizer daquele é endereçado, no horizonte do qual aquele antecipa possíveis respostas do outro com o qual interage. É, portanto, no espaço dessas relações, na interação, que acontece a construção de sentidos em toda atividade comunicativa humana.

Na perspectiva do Círculo, a atividade interlocutiva abrange a diversidade de formas do agir humano num universo inundado de signos materializados em diversas semioses, do texto verbal/escrito ao texto visual, afinal, vivemos significando a todo instante. Como aponta Volóchinov (2017), um texto escrito é também um ato interativo, e sua construção, além de ser resposta a outros enunciados, espera que uma reação aconteça a ele, como diálogo: “todo enunciado, mesmo que seja escrito, [...] responde a algo e orienta-se para uma resposta. [...] é apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (Volóchinov, 2017, p.184).

Considerando que, na perspectiva do Círculo, não se pode dissociar o componente dialógico da índole ideológica que constitui todo dizer, as vivências, as experiências, as relações sociais que engendram a produção de sentidos não podem ser ignoradas no ato da compreensão e do estudo da linguagem. É fundamental pensar, também, nas vivências da vida e nas expressões externas ligadas diretamente a ela que se encontram materializadas em semioses diversas, que corresponde àquilo que Volóchinov (2013) denomina de ideologia. “Por ideologia entendemos o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas signícas” (Volochinov, 2013, p. 138, grifos do autor, em nota de rodapé).

Nesse sentido, podemos conceber, como aponta Ponzio (2008), a ideologia não como falsa consciência, mas como projeção social, como modo de compreender e ver o mundo e tudo que o engloba a partir de um horizonte de valores socialmente constituído. Esse entendimento de Ponzio (2008) ressoa a posição de Volóchinov (2017), para quem a constituição da consciência do sujeito se dá por meio de sua realidade material, que é o universo dos signos ideológico. De acordo com esse autor, esses signos ideológicos são constituídos no processo de interação social que se dá entre interlocutores em determinados contextos sócio históricos.

62

Desse modo de conceber o funcionamento da atividade interlocutiva marcado por valores ideológicos decorre assumir a inexistência da neutralidade dos nossos dizeres, já que os interesses de diversas classes sociais, sempre em constante luta e tensão, influenciam os signos ideológicos e neles se manifestam. Nesse sentido é que Volóchinov (2017, p. 55-56) afirma que “os interesses das classes sociais direcionam o processo de construção das representações materializadas na palavra [...] e a palavra, por sua vez, é uma expressão da comunicação social, da interação de personalidades materiais e dos produtores”. A palavra não tem expressividade, não tem vida fora do contexto de interação: “[...] a palavra é neutra em relação a qualquer função ideológica específica, logo o [...] conteúdo ideológico não pertence à própria palavra, quando tomada de forma abstrata no sistema da língua” (Bessa, 2016, p. 144). Portanto, a palavra ganha expressividade, conteúdo, sentido quando inserida no processo interativo entre sujeitos inscritos no espaço e no tempo, conforme complementa Bessa (2016).

Essas reflexões nos direcionam para o entendimento apontado por Bakhtin (2016), segundo o qual os enunciados se materializam sob a forma de gêneros de discurso, que se caracterizam por apresentar características composicionais, conteúdo temático e estilo próprios, em conformidade com a esfera de comunicação humana

(jornalística, científica, publicitária, religiosa, etc.), e que expressam posicionamentos de um sujeito que age sempre de modo dialógico e valorado de acordo com sua inscrição no espaço, no tempo e na história.

Entendemos, portanto, conforme a perspectiva bakhtiniana, que cada gênero de discurso, incluindo, claro, aqueles presentes em jornais *on-line*, guarda algumas características que são determinadas cultural e/ou socialmente e refletem os valores, as ideologias, os posicionamentos axiológicos do grupo, da empresa e/ou do sujeito do dizer, afinal, os enunciados refletem a finalidade com que foram produzidos.

### 3. Argumentação na perspectiva da Nova Retórica

Compreendendo que a argumentação está presente em toda e qualquer atividade discursiva, entendemos que argumentar é uma forma de agir no mundo (Alencar e Faria, 2014). Assim, a argumentatividade pode ser considerada uma característica inerente a qualquer gênero discursivo.

Entretanto, não é custoso admitir que alguns gêneros discursivos apresentam a característica da argumentatividade de forma mais marcante e/ou peculiar devido à intenção primeira de influenciar opiniões e, por isso, o seu modo de organização e funcionamento implica o uso de técnicas argumentativas que sejam elaboradas com recursos selecionados para cumprir com a especificidade da forma de interação que se projeta.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, na construção argumentativa, o locutor deve “[...] pensar os argumentos que podem influenciar seu interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito” (2014, p.18). Desse modo, há uma preocupação em dar atenção especial à seleção de argumentos com vistas à adesão do interlocutor. Tais textos requerem que as ideias expressas sejam defendidas com recursos retóricos capazes de interessar aos interlocutores e de convencê-los da posição assumida por seu locutor diante do tema tratado, afinal, o objetivo de toda argumentação “é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 50).

Os procedimentos argumentativos mobilizados para a consecução dos objetivos pretendidos são relevantes no desenvolvimento do corpo todo do texto, pois são os recursos utilizados pelo produtor que estabelecem a comunicação e justificam a opinião do autor (Andrade e Medeiros, 2009), ajudando a sustentar, justificar sua

tese. Nesse sentido, numa construção argumentativa, os recursos linguísticos selecionados e a relação de comunicação estabelecida entre o produtor e o interlocutor são fundamentalmente os elementos responsáveis pela eficácia, na argumentação, pela adesão dos ouvintes/leitores:

[...] uma argumentação eficaz é a que consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para a ação, que se manifestará no momento oportuno. (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 50).

Podemos considerar, portanto, que da arquitetura argumentativa do texto, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), depende a potencialidade da coerência, da articulação, da persuasão e do convencimento do dizer. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), a argumentação acontece sempre com um objetivo previamente determinado em função de uma ação, posto que “[...] tende sempre a modificar um estado de coisas preexistentes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 61), e, por isso, cada elemento dessa arquitetura deve ser pensado, elaborado, selecionado para cumprir com seu objetivo.

### **3.1 Técnicas argumentativas**

Observar como os argumentos são estruturados, compreender as técnicas utilizadas para a construção argumentativa é fundamental para que o interlocutor consiga identificar quais são as intenções pretendidas pelo locutor/autor do texto. Assim, “para discernir um esquema argumentativo, somos obrigados a interpretar as palavras do orador, a suprir os elos falantes, o que nunca deixa de apresentar riscos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2014, p. 211).

A discussão sobre argumentação adotada em nosso estudo leva-nos a considerar, na análise aqui empreendida, o trabalho de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) sobre as técnicas argumentativas utilizadas para construir argumentos eficazes e eficientes, com vistas à adesão dos interlocutores. Essas técnicas propostas pelos autores estão reunidas e sintetizadas no quadro 1.

Quando utilizados eficazmente, esses tipos de argumentos e suas respectivas técnicas argumentativas levam a uma adequação da construção discursiva, que situada cultural e historicamente no momento da interlocução, observa a reação do interlocutor como elemento essencial para o êxito da atividade interlocutiva.

**Quadro 1. Técnicas argumentativas**

Os argumentos quase-lógicos	Compreendem técnicas amparadas em princípios lógicos; são comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos. Englobam regras de justiça, reciprocidade, definição, contradição, incompatibilidade, de transitividade e de comparação.
Os argumentos baseados na estrutura do real	São aqueles que estabelecem uma relação que se baseia em dados da realidade do interlocutor. Compreendem ligações de sucessão, ligações de coexistência e ligações simbólicas.
Os argumentos que fundam a estrutura do real	Buscam fundamentos para estruturar o real. Usam o fundamento pelo caso particular (argumentos pelo exemplo, ilustração, modelo/antimodelo), e pelo raciocínio por analogia (busca esclarecer, provar a partir de uma semelhança de relações).
A dissociação das noções	Consiste em dissociar, decompor incompatibilidades presentes na tese defendida, ou seja, unifica os elementos da tese fazendo remanejamento de dados conceituais que servem de fundamentos para a argumentação.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Para um estudo que procura articular a argumentação no discurso à perspectiva da abordagem dialógica da linguagem bakhtiniana não se pode perder de vista que “[...] os fios discursivos que tecem um texto são entrelaçados, trazendo ramificações de outros textos ou discursos, e, também, estendendo os seus fios para novos textos” (Souza, 2003, p. 33 - 34). Assim, um texto argumentativo faz uso de enunciados apoiados em outros enunciados anteriores e visa a ancorar pontos de vista para confirmar ou refutar uma tese. Isso, conforme Souza (2003), nos permite compreender que, considerando o caráter sócio-histórico e ideológico do discurso, temos os instrumentos necessários para apontarmos a relação entre a escolha dos recursos de argumentação para a construção do texto e o lugar de ideologias do produtor/articulador, pois, ao enunciar, o produtor reflete suas condições histórico-sociais de enunciação.

### 3.2 Editoriais

Um estudo sobre a construção discursiva em enunciados da esfera jornalística que dê conta de examinar como os veículos de comunicação influenciam a construção social da realidade contemporânea deve partir, inevitavelmente, da compreensão de que os gêneros do discurso de um determinado domínio, mais especificamente, o jornalístico, desenvolvem estratégias poderosas de persuasão e de manipulação dos seus leitores. É através, principalmente, de seu viés informativo-opinativo que a relação comunicativa entre produtor e leitor se estabelece nesses gêneros discursivos, e é exatamente por isso que, para Melo e Assis (2016, p. 49), “[...]”

devemos sinalizar que estamos tratando de uma atividade não apenas humana ou linguística, mas, principalmente, de Comunicação, motivo pelo qual devemos nos ater às particularidades desse universo”.

O gênero da esfera jornalística em discussão, editorial, comporta modos de fazer próprios e, na maioria das vezes, está atrelado a “universos culturais ou ideológicos” (Melo, 2003 p.17) direcionadores das formas e dos conteúdos a que a sociedade tem acesso. Para Nascimento (2010, p. 64), “o editorial tem a função primeira de expressar a opinião oficial da empresa jornalística a respeito dos fatos de maior repercussão no momento em que está sendo veiculado”. O editorial enquanto atividade comunicativa que deveria “orientar o pensamento social para a defesa do bem comum” (Nascimento, 2010, p. 64) acaba, porém, por não se preocupar com o bem comum, e, sim, em defender interesses ideológicos e econômicos da empresa jornalística.

Conforme afirmam Melo e Assis (2016), o editorial representa uma forma de comunicação massiva periódica que agrupa diferentes valores, ideologias e intencionalidades em uma espécie de transmissão oportuna e interessada de informações da atualidade, por meio de suportes midiáticos “[...] potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas” (Melo e Assis, 2016, p. 49).

66

Na sua arquitetura textual, o editorial se organiza em torno de um ponto de vista central, que “é defendido com diferentes argumentos, e apresenta uma conclusão que tende para orientação social, dada a função sociodiscursiva do gênero” (Nascimento, 2010, p. 65). Nesse gênero, despenha papel central o uso de alguns marcadores discursivos (mas, se, em vez disso, pois, logo, portanto, por outro lado) e das diferentes estratégias argumentativas típicas dos textos opinativos que circulam na esfera jornalística.

#### 4. Metodologia

Como a fundamentação teórico-metodológica adotada no presente trabalho se reporta às ideias do Círculo de Bakhtin, a análise empreendida aqui se realiza em conformidade com a perspectiva da análise dialógica do discurso, em diálogo com os estudos sobre argumentação no discurso, mais especificamente com a abordagem da Nova Retórica.



Em consonância com esse direcionamento teórico-metodológico, o estudo realizado configura-se como uma pesquisa de natureza interpretativa e de abordagem qualitativa, conforme concebem Laville e Dionne (1999). Tal postura de investigação e de abordagem de pesquisa justifica o direcionamento em relação à análise de um *corpus* constituído por dois editoriais, que são compreendidos como enunciados concretos e únicos, posto que produzidos por sujeitos singulares, inscritos em determinadas condições sócio históricas.

Os editoriais que constituem o referido *corpus* de pesquisa foram recortados das páginas on-line de dois jornais de referência no Brasil, O Globo e Folha de S. Paulo, os quais são dois dos jornais diários mais vendidos e de maior circulação impressa no Brasil. O primeiro é mantido pelas Organizações Globo, ligado à Fundação Roberto Marinho, e tem sede no Rio de Janeiro; o segundo, é mantido pelo Grupo Folha, controlado pela Família Farias, e tem sede em São Paulo.

Nossa análise se concentrou no exame de editoriais que enunciam sobre a discussão em torno do ensino superior público no Brasil. Tais textos foram coletados em 25 de outubro de 2017, estando, portanto, inseridos no contexto mais recente de defesa, expresso por certas camadas da sociedade brasileira, de que o ensino superior não deve ser universalmente gratuito. Foi, portanto, o critério da recência da veiculação dos editoriais no período da nossa coleta, bem como a polêmica que eles despertaram entre leitores (incluindo sindicatos ligados à educação superior, militantes do campo da educação e professores universitários, especialmente) que justificaram a seleção.

Assim, nossa análise focaliza como os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* constroem sentidos, em seus editoriais, sobre a discussão em torno do ensino superior público no Brasil. E, sendo assim, para análise da construção discursiva, serão considerados os posicionamentos valorativos e a argumentatividade expressos nos editoriais recortados para exame.

## 5. Uma análise da construção discursiva sobre o ensino superior público em editoriais de jornais brasileiros

Esta seção do trabalho contempla o nosso objetivo de examinar como se dá a construção discursiva em editoriais de jornais brasileiros de referência em relação ao debate em torno do ensino superior gratuito no Brasil. Nossa análise está centrada

nos posicionamentos valorativos e na argumentatividade que o projeto de dizer do editorialista expressa, com vistas a explicitar como se dão determinados modos de produção e circulação de sentidos no contexto da comunicação jornalística no Brasil.

Tendo esse propósito em mente e considerando que a linguagem nos editoriais é utilizada tornando-se uma “teia de articulações políticas” (Melo, 2003, p. 104) no processo de constituição de sentidos, a análise aqui empreendida procura explorar algumas particularidades que observamos sobre o funcionamento do discurso nos editoriais de nosso *corpus*, reveladores de como o editorialista arquiteta o seu dizer nesse gênero do discurso. Nesse sentido, organizamos a análise de cada editorial separadamente, examinando, primeiramente, o editorial do jornal *O Globo*, e, em seguida, o da *Folha de S. Paulo*, dada a necessidade de considerar o todo concreto do enunciado, como pressupõe o enfrentamento da linguagem em uma perspectiva da análise dialógica da linguagem.

Antes de adentrar na análise de cada um deles separadamente, não podemos deixar de salientar que os posicionamentos dos sujeitos que enunciam nesses editoriais dialogam com um contexto de dificuldades nos âmbitos político, social e econômico vivenciados no Brasil, sobretudo com a propalada crise econômica a partir de 2014, que, numa análise discursiva, sinaliza elementos da exterioridade constitutiva dos enunciados em análise. Esse cenário encontra-se muito claramente refletido e refratado nos dizeres expressos nos dois editoriais aqui analisados, dado o alinhamento de seus enunciadores aos interesses das corporações/veículos institucionais que representam/defendem, como veremos a seguir.

68

### 5.1 *O ensino superior público em debate no editorial do jornal O Globo*

Em 22 janeiro de 2017, a versão *on-line* do jornal *O Globo* publica um editorial intitulado “Crise na UERJ reacende debate sobre universidade gratuita”, demarcando, já a partir do título, o tom do posicionamento que seu enunciador assume em torno da discussão acerca do ensino superior gratuito no Brasil. O texto vai confirmar a defesa de que é insustentável se defender, em um contexto de crise, a ideia de uma universidade pública e gratuita. No texto, podemos observar alguns posicionamentos que fortalecem a discussão em defesa da cobrança de mensalidades, por meio de dizeres, como:

(01) Inevitável voltar a discutir o tema incandescente **da necessidade** de alunos de universidades públicas que tenham renda suficiente passarem a pagar pelo ensino.

(02) [...] numa crise fiscal destas proporções, **a única alternativa** para compensar a falta de dinheiro público **são recursos privados**. Como os obtidos na cobrança de mensalidades a quem pode pagá-las. **Um ato de justiça social**.

Considerando o enunciado, na perspectiva dos estudos bakhtinianos, em que o dizer já pressupõe posição valorativa, entendemos que *O Globo*, nesses enunciados, valora positivamente a discussão em defesa da cobrança de mensalidades na universidade pública. Esse posicionamento é textualmente materializado, por exemplo, quando o jornal caracteriza a atitude como “necessária” e “única alternativa” para corrigir a falta da verba pública. E amparado em princípios argumentativos quase-lógicos que discutem sobre justiça, o editorialista justifica sua apreciação com a ideia de que a proposta de gratuidade para os mais pobres, e cobrança de mensalidades dos outros de acordo com a renda, seria um ato de justiça.

No editorial, há marcas linguísticas que apontam para uma divisão de classes na educação, como fica perceptível nos fragmentos 03 e 04:

(03) [...] **filhos de famílias de renda mais alta**, por terem uma formação escolar melhor, pois vêm de escolas particulares, **ocupam proporção maior das vagas** no vestibular e, assim, entram **em universidades gratuitas**.

(04) [...] **o estudante de renda baixa, egresso de escolas públicas**, de nível em geral inferior, **não passa no vestibular da universidade gratuita** e termina obrigado a pagar a um estabelecimento de ensino superior privado

Percebemos, nesses enunciados, um direcionamento que divide a educação brasileira entre grupos de famílias ricas e famílias pobres. O trecho descrito em (03) dá indícios de um posicionamento que aponta para um suposto público pagante, como se o fato de pertencer à classe média garantisse o potencial econômico para pagar a mensalidade na universidade pública. Desconsidera, porém, vozes que sustentam que essa proporção de vagas ocupadas pela classe média não condiz mais com a realidade, já que o sistema de cotas vem ampliando a participação da classe média baixa na universidade pública e mudando o perfil socioeconômico da instituição. Além disso, o dizer expresso pelo editorialista, sem apresentar compromisso com a prestação de informações precisas e verídicas, omite que, no contexto recente das universidades brasileiras, há dados que apontam, por exemplo, que as universidades federais preenchem mais da metade de suas vagas com alunos cuja renda familiar é baixa, conforme aponta informe da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES): “2/3 dos universitários têm origem em famílias com renda média de 1,5 salário mínimo”. De acordo com o

posicionamento da entidade, os dados apresentados “desmistificam a ideia de que os alunos de universidades públicas pertencem às camadas sociais com rendas altas”<sup>2</sup>, contrastando, assim, com o que declara o editorialista.

Dados referentes à origem social dos alunos ingressantes na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), instituição pública do estado de São Paulo, vão ao encontro do que aponta a ANDIFES, conforme destaca matéria da FAPESP<sup>3</sup>, de janeiro de 2018. Na referida matéria, intitulada *Portas de entrada para a universidade*, os jornalistas Fabrício Marques e Christina Queiroz apontam que, pelas políticas de inclusão, efetivadas por meio do sistema de reserva de vagas para escolas públicas, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) “progressivamente, aumentou a reserva de vagas até chegar, no vestibular de 2018, a 50% para alunos de escolas públicas”, inclusive para o disputado curso de medicina, cuja concorrência, foi, para o vestibular de 2018, de mais de 300 candidatos por vaga<sup>4</sup>. Além disso, mediante a política de cotas da instituição, 35% dessas vagas são destinadas a negros e pardos. Outras universidades como Univeridade de São Pualo (USP) e Universidade de Campinas (UNICAMP), também instituições públicas localizadas no estado de São Paulo, estão com números de estudantes ingressantes oriundos de escolas públicas bastante próximos desses da UNESP, conforme aponta a matéria da FAPESP. Esse dados ajudam a reiterar, portanto, que os editoriais aqui analisados distorcem a compreensão sobre os dados referentes à educação superior no Brasil.

70

No fragmento (04), o editorial faz uma generalização de forma negativa em relação aos alunos “egressos de escolas públicas”, além de dar indícios de um caso típico de argumentação por ilustração, quando realiza, intencionalmente, uma generalização. Temos um caso de ilustração, já que, no enunciado que antecede o fragmento (04), ao evidenciar a parcela de alunos da rede privada que ingressa na universidade pública, deixa clara a participação dos “egressos de escolas públicas”. Em seguida, contraditoriamente, sinaliza para um posicionamento em apoio a esses alunos que são obrigados a pagar pelo ensino superior, numa tentativa de figurativizar a tese para dar-lhe concretude, torná-la sensível. Por isso, não se destina à comprovação, mas à comoção. Ora, se o mais pobre vai pagar pelo ensino superior numa insti-

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2E00L7U>. Acesso em: 07 de janeiro de 2019.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2HUwDyj>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

<sup>4</sup> Essa informação pode ser conferida em notícia veiculada, por exemplo, no portal *G1 SP Globo*, no seguinte endereço: <https://glo.bo/2D2JECU>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019. Pode ser ainda ratificada na página da própria instituição UNESP, no seguinte endereço: <https://bit.ly/2REVPc2>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2019.

tuição, é justo que se cobre de quem vai para universidade pública, já que este é “mais abastardo” financeiramente. Esse é um jogo de afirmações e certezas criado pelo editorialista para comover e causar o sentido de ser “justo” e “certo”, cobrar a mensalidade em questão.

No editorial, há também uma afirmativa que podemos considerar como uma tentativa de refutar vozes de outros sujeitos sociais, que se opõem às ideias de cobrança de mensalidades.

(05) É indiscutível que este se trata de um mecanismo perverso de concentração de renda, **estranhamente defendido por** forças autoproclamadas “progressistas”

O trecho destacado em (05) aponta para um diálogo com outras vozes da sociedade, que não são, intencionalmente, identificadas explicitamente. Quando o editorialista usa a colocação “estranhamente defendido”, para se reportar a outros posicionamentos, há uma clara tentativa de desqualificar, de refutar as posições de outros setores/segmentos da sociedade que discordam das políticas de cobrar taxas de mensalidades nas universidades públicas. E, nesse sentido, procura realçar a negação a esses segmentos, articulando um dizer que indica o sentido de ser “absurdo” que alguém discorde da cobrança de mensalidades no ensino superior público.

O jornal busca reforçar seu argumento trazendo para o discurso uma outra voz, uma voz de autoridade como a do Ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, que também foi professor da UERJ, e desqualificar, por meio de um argumento de autoridade, os discursos contrários às ideias de cobranças de mensalidades.

(06) [...] uma universidade que seja pública nos seus propósitos, **mas** autossuficiente no seu financiamento.

O uso da conjunção adversativa destacada em (06) aponta para efeitos de sentido que envolvem vários outros discursos que circulam na mídia, no momento, dialogando, por exemplo, com o discurso do governo federal sobre “cortes orçamentários”. O trecho destacado reforça o sentido de uma busca por recursos, que não sejam oriundos do capital público, para manutenção do ensino superior.

Essa significação da autossuficiência financeira no ensino público superior é reforçada, de uma maneira geral, nos fragmentos (07) e (08).

(07) [...] a necessidade de se **explorar a filantropia, com o recebimento de doações de ex-alunos**, recursos a serem administrados de forma “profissional e despolitizada”.

(08) No ensino superior público **há, ainda, várias experiências bem-sucedidas de prestação de serviços** a empresas, **outra fonte de recursos**.

Além de apontar sugestões para uma possível autossuficiência financeira, os trechos destacados sinalizam um diálogo existente entre os discursos que circulam na sociedade no momento, a partir do qual o jornal convoca um discurso que valoriza a produção de recursos próprios, desresponsabilizando o governo da manutenção do ensino superior gratuito. Fazendo uso do argumento pela ilustração, quando aponta outras possíveis fontes de arrecadação, o jornal também evidencia o caráter fragilizado da universidade pública brasileira e insiste numa tese que sugere essa “autossuficiência financeira” como a alternativa primeira para resolução da fragilidade que vive o ensino superior gratuito.

Nos fragmentos (09) e (10), o editorialista retorna com uma tentativa de desqualificar as vozes contrárias à tese defendida.

(09) **Uma barreira a isso** é a distorcida politização de universidades públicas.

(10) A esperança é que a crise **amadureça os espíritos**.

72

Como se vê, a utilização dos termos em destaque sugere um diálogo com vozes construídas com posições fundamentadas em outras convicções, que não compartilham da ideia de cobrança de mensalidade do aluno de universidade pública. Nesse diálogo, o editorialista, numa contraposição, busca diminuir, calar as vozes que se opõem à tese defendida, desqualificando-as, desvalorizando-as.

As escolhas linguísticas e textuais operadas pelo editorialista apontam para um posicionamento crítico que sinaliza uma suposta preocupação com a educação superior no Brasil. Com isso, o projeto de dizer do editorialista é orquestrado na direção de condicionar a compreensão do leitor de modo a levá-lo à aceitação de que o pagamento de mensalidades em universidades públicas é a saída para o enfrentamento da crise da UERJ. Tal projeto de dizer desconsidera outras vozes sociais, como a da professora Tatiana Roque, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que defende que cobrar mensalidades na universidade pública **não ajuda tanto a enxugar o orçamento público**, representando, em contrapartida, muito mais um mecanismo de exclusão dos mais pobres e da classe média do que de mobilidade social tal como tem, de fato, se tornado.

## 5.2 *O ensino superior público em debate no editorial do jornal Folha de S. Paulo*

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou, em 23 de julho de 2017, o editorial intitulado “Quem paga pelo ensino”, posicionando-se sobre a questão do ensino superior público. No editorial, explicita-se uma defesa em torno do financiamento nas universidades públicas do país. O editorialista começa seu texto procurando colocar a educação em um patamar de despesas, de gastos públicos, e não como um investimento, conforme concebem outras vozes sociais:

(01) [...] transformações não menos importantes se impõem na **segunda maior despesa** finalística do Estado brasileiro – **a educação**.

(02) Calcula-se que **o gasto** por aluno nas universidades públicas em 2014 tenha chegado a R\$ 26 mil (valor corrigido), ante R\$ 7.000 nas escolas do ensino infantil ao médio.

Os dois fragmentos acima mostram que o editorial se propõe a discutir os recursos financeiros aplicados na educação acentuando um lado negativo. O uso das palavras “despesa” e “gasto” aponta, de forma geral, para uma desvalorização da educação, concebida como um peso a sobrecarregar as contas públicas. É possível observar que o editorialista tenta convencer o leitor, mediante o uso de argumentos de comparação, para justificar sua tese e induzir o leitor a considerar a aplicabilidade desses recursos como gastos, e não como investimentos. E reforça esse posicionamento de valoração negativa, conforme se constata no fragmento (03):

(03) Afora desperdícios associados à gestão falha e ao corporativismo, uma distorção que se observa com clareza é **o peso excessivo** conferido ao ensino superior, em detrimento do aprendizado básico.

Uma leitura mais exigente diria que o editorialista sugere pensar que o ensino superior gratuito se configura em “prejuízos” para o país, quando se refere ao ensino superior como “peso excessivo”, “em detrimento do aprendizado”. É preciso considerar ainda que, nesse fragmento, apesar de terem sido feitas referências a outros possíveis problemas no ensino, isso ocorre de forma muito sutil, logo o que fica em evidência é o excesso de peso que o ensino superior representa para o estado.

No fragmento (04), o editorialista admite ter ocorrido uma realidade orçamentária mais tranquila, antecedente à realidade atual.

(04) Reconheça-se que **houve melhoras nos últimos anos**, com maior democratização do acesso às universidades e aumento das verbas direcionadas à educação básica.

Nesse enunciado, o editorialista reconhece ter acontecido melhorias, nos últimos anos, nas universidades públicas, e atribui essa positividade aos investimentos direcionados ao ensino básico e aos programas que, de uma forma ou de outra, democratizaram o acesso às universidades. Porém, em seguida, o editorialista enxerga a necessidade de se repensar essa agenda no contexto de dificuldades econômicas vivenciadas, quando diz o seguinte:

(05) **A nova realidade de severa restrição orçamentária**, porém, demanda uma agenda **mais corajosa**.

É possível verificar, neste fragmento, na segunda marca em negrito, que o produtor considera necessária a restrição orçamentária na educação e demonstra compartilhar da posição governamental de restrições no orçamento quando se refere às atitudes relacionadas ao orçamento como “agenda mais corajosa”. Essa expressão camufla atitudes que restringem programas de acessibilidade e manutenção do ensino superior gratuito. Além disso, o uso da conjunção *porém* acentua o sentido criado para a expressão “agenda mais corajosa”, em defesa da tese defendida pelo editorialista.

74

Os dizeres do jornal nos fragmentos (06) e (07) se referem visivelmente à defesa de cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

(06) A mera menção à cobrança de mensalidades ou taxas dos mais abonados, prática comum no restante do mundo, **desperta ferozes reações ideológicas e corporativas**.

No fragmento (06), percebe-se a contraposição do editorialista a outras vozes, em “desperta ferozes reações ideológicas e corporativas”. Ele tece aí uma crítica explícita a essas outras vozes, para refutar e desconstruir seus argumentos. Com base no argumento construído pela comparação com “no resto do mundo”, o editorialista visa a desenvolver a persuasão de seu leitor, comparando a realidade das universidades brasileiras com a de outros países desenvolvidos, numa nítida tentativa de tornar incontestável a sua defesa.

(07) Note-se que na USP, por exemplo, **63% dos ingressantes deste ano vieram do ensino médio privado - o que indica capacidade de pagamento**.

O trecho destacado no fragmento (07), particularmente, traz um dado que se refere ao número de alunos do ensino médio privado que ingressam na USP. A estratégia quase lógica construída com base em um argumento fundado numa lógica quantitativa, com percentual relativamente alto – (63%) de alunos matriculados na USP oriundos de escolas privadas –, busca caracterizar a proposição como verdade, por



considerá-la sustentada pelos dados de matrículas, ainda que não aponte a fonte de onde foi coletada tal informação, o que, evidentemente, pode pesar contra sua confiabilidade.

O editorialista parece desconsiderar, ademais, que o fato de os supostos 63% alunos da USP serem egressos de escolas privadas **não lhes** garante uma estrutura financeira que suporte a cobrança de mensalidades ou taxas financeiras.

No fragmento (08), o editorialista volta a comparar realidades distintas, como pode ser observado abaixo:

(08) Estimativas preliminares e a **experiência internacional sugerem** que ao menos 15% dos desembolsos das universidades brasileiras (hoje cerca de R\$ 50 bilhões anuais) poderiam ser cobertos assim.

A expressão em destaque indica uma comparação que traz como exemplo uma “experiência internacional”. Nessa construção textual, o editorialista se apropria de um argumento construído pela comparação entre as realidades, nacional e internacional, por meio do qual ele tenta persuadir o leitor mediante uma comparação seguida de uma lógica quantitativa, que Fiorin (2016) denomina de argumento probabilístico. Em conformidade com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), trata-se de argumentação quase lógica, que se manifesta quando há avaliações baseadas na importância dos acontecimentos e na “esperança matemática”. No entanto, o editorialista não especifica que países, exatamente, o enunciado está tomando como referência, quando menciona a “experiência internacional”, o que parece sugerir a ideia de que experiências de fora são sempre positivas. Para um leitor mais atento, porém, isso pode evidenciar a falta de sustentabilidade do argumento.

No fragmento seguinte é empregado um discurso em que o enunciador sugere alternativas para que a universidade pública encontre sua autossuficiência financeira.

(09) Haverá decerto **outras opções** a considerar, como a prestação de serviços dos formados, programas de bolsas e financiamentos subsidiados pelo Estado.

Nesse enunciado, o editorialista, baseado em argumentos que fundamentam a estrutura do real, tenta conseguir a adesão do leitor. Ele faz uso, nesse caso, do argumento pela ilustração, quando anuncia outras possibilidades de subsídios financeiros. Ainda nesse mesmo enunciado o jornal também evidencia, tal como se observa no editorial do jornal *O Globo*, o caráter fragilizado da universidade pública brasileira e insiste numa tese que sugere recursos privados como a alternativa primeira a ser aplicada.

(10) O fundamental é que o tema deixe de ser tabu, enquanto há tempo de preservar as instituições de ensino superior do **depauperamento que ameaça todo o setor público**.

No recorte acima, o editorialista emite um juízo de valor e apresenta um prognóstico negativo, fazendo uso de expressões que transparecem certezas e ameaças, por meio das quais ele quer e pode manipular o leitor. Da mesma forma, procura impressionar o leitor e convencê-lo da verdade do que diz, empregando argumentos, palavras e afirmações incisivas que associam os processos de privatização como saída para os problemas enfrentados.

Podemos observar, assim, que o editorialista do jornal *Folha de S. Paulo* apresenta posicionamentos valorativos que, declaradamente, se postam de forma tendenciosa, lançando mão, especialmente, de comparações e de lógica matemática para convencer o interlocutor da sustentabilidade e da veracidade dos argumentos em prol da ideia de necessidade de pagamento de mensalidade nas universidades públicas, reafirmando, desse modo, seu atrelamento aos discursos que, no contexto brasileiro, se orientam pela lógica da mercantilização da educação superior no país.

## 6. Conclusões

Com base na análise qualitativa de dois editoriais que discorrem sobre a cobrança de mensalidades na universidade pública brasileira, buscamos examinar, neste artigo, posicionamentos valorativos e a argumentatividade expressos nos enunciados dos editorialistas, com vistas a explicitar como se dão determinados modos de produção e circulação de sentidos sobre a temática referida no contexto da comunicação jornalística no Brasil.

Os resultados revelaram que os dois editoriais apresentam posicionamentos valorativos e projeções argumentativas muito semelhantes em relação à polêmica, sendo que o jornal *Folha de S. Paulo* apresenta uma tímida consideração positiva no que concerne ao papel social da universidade pública brasileira, quando declara que houve maior democratização do acesso às universidades, posicionamento não observado no jornal *O Globo*. Ademais, no jornal *Folha de S. Paulo*, a linguagem se mostra, em alguns momentos, ser mais convincente na linha argumentativa assumida pelo editorialista, sustentada em boa medida pela presença de argumentos pela comparação e por lógica quantitativa.

Em nossa análise, observamos que a construção discursiva, nos dois editoriais, se caracteriza por um fazer persuasivo e axiologicamente valorado, em que o enunciador mobiliza, para o convencimento do leitor, uma diversidade de mecanismos discursivos e técnicas argumentativas que procuram acentuar argumentos favoráveis ao pagamento de mensalidades nas universidades públicas brasileiras. Desse modo, os editorialistas orientam a produção dos sentidos para a defesa de posicionamentos que se alinham à ideia de que a universidade pública é um peso para o orçamento público e de que, em tempos de crise, é preciso “cortar gastos”, de modo que a solução proposta é passar a cobrar mensalidades de uma parcela que se supõe poder pagar pelo ensino superior.

Assim, os posicionamentos assumidos pelos editorialistas, na medida em que se alinham aos discursos de defensores da redução do estado e de maior participação do mercado na educação superior do Brasil, em sintonia com os projetos neoliberais e de organismos multilaterais (Fávero, Bechi, 2017) compartilhados pelos interesses das organizações que mantêm relação com os dois jornais, desvelam e reafirmam, na verdade, o projeto de mercantilização da educação superior em curso no país. Trata-se de se projetar, nesses editoriais, parafraseando aqui as palavras de Sudbrack e Nogaró (2017), uma universidade para o mercado neoliberal e não para todos, logo a defesa de mercantilização da educação superior brasileira representa, no final das contas, um perverso mecanismo de exclusão dos mais pobres e da classe média do direito ao ensino superior público e totalmente gratuito.

Este trabalho aponta a necessidade de mais pesquisas sobre as teses defendidas e os discursos (re)produzidos no contexto jornalístico brasileiro em relação à discussão sobre a cobrança de mensalidades nas universidades brasileiras e acerca do processo de mercantilização da educação superior no país, assim como de ampliação do *corpus*, levando em consideração também outros gêneros do discurso e outros veículos de comunicação, inclusive com alinhamentos ideológicos divergentes, para que, assim, possamos construir uma compreensão mais profunda em torno do debate sobre o ensino superior público assentada numa pluralidade de pontos de vistas.

Esperamos, por fim, que os resultados deste estudo sirvam de base para que outros trabalhos possam refletir sobre a construção discursiva de enunciados publicados nesses jornais de referência pesquisados e em outros de menor expressão e circulação (mídias alternativas, por exemplo), de modo a possibilitar o cotejamento e o desvendamento em relação aos posicionamentos ideológicos e aos interesses que eles defendem e/ou procuram mascarar para o seu público leitor.

## REFERÊNCIAS

- Alencar, E; Faria, G. (2014). Tópicos discursivos e argumentação nos textos escolares. In: V. M. Elias (Org.). *Ensino de Língua Portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, p. 145-157.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Bakhtin, M. (2016). *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34.
- Bessa, J. C. R. (2016). *Dialogismo e construção da voz autoral na escrita do texto científico de jovens pesquisadores*. (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.
- Brait, B. (2016). Análise e teoria do discurso. In: B. Brait (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, p. 9-31.
- Fávero, A. A.; Bechi, D. (2017). O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(1), 90-113.
- Fiorin, J. L. (2016). *Argumentação*. São Paulo: Contexto.
- Folha de São Paulo. (2017). *Quem paga pelo ensino*. São Paulo: Grupo Folha, [2017]. Disponível em: <https://bit.ly/2WHcAHa>
- Laville, C.; Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Portalegre: Artes Médicas, Sul Ltda.
- Melo, J. M.; Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório, *Intercom – RBCC*, São Paulo, 39(1), 39-56. Disponível em: <https://bit.ly/2RQcTMu>
- Melo, J. M. (2003). *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira.
- Nascimento, E. P. (2010). Gêneros jornalísticos na sala de aula: desenvolvendo habilidades leitoras. In: R. C. M Pereira (Org.) *Ações de linguagem: da formação continuada à sala de aula*. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, pp. 56-87
- O Globo. (2017). *Crise na Uerj reacende debate sobre universidade gratuita*. São Paulo: [2017]. Disponível em: <https://glo.bo/2Gbp9pc>
- Perelman, C; Olbrechts-Tyteca, L. (2014). *Tratado de argumentação: a nova retórica*. Tradução de M. E. A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- Ponzio, A. (2008). *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Tradução coordenada por Valdemir Miotello. São Paulo: Contexto.
- Souza, G. S. (2003). *O Nordeste na mídia: um (des)encontro de sentidos*. 398f. (Tese de Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara.

- Sudbrack, E. M.; Nogaro, A. (2017). Por uma universidade para o mercado ou para todos. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(2), 417-431.
- Veloso, S. R. de A. (2014). A responsividade do leitor no gênero carta do leitor na mídia impressa de referência: análise de polêmicas discursivas na perspectiva bakhtiniana. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 15 (1), 565-594.
- Volóchinov, V. (2017). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34.